

REVISÃO DA CARREIRA



Na luta histórica do nosso sindicato pela organização dos servidores da nossa base numa carreira, conquistamos muitos avanços. Um dos momentos mais importantes aconteceu em 2004, quando a carreira passou a reconhecer a elevação dos níveis de escolaridade como mecanismo de progressão, embora isso tenha vindo em forma de gratificações. Mais recentemente, em 2013, conquistamos uma nova reestruturação, desta feita, transformando gratificações em pisos salariais de modo a fortalecer a estrutura remuneratória da carreira. Sobre essa última reestruturação, como todos nós sabemos, segue a luta pela terceira etapa de implantação da Lei nº 5.106/2013, que é a melhor parte dessa reformulação, deixada de lado pelo

Governo Rollemberg em 2015 e, depois, pelo Governo IBANES. Contudo, certo é que a nossa carreira tem muito que evoluir para se aproximar da verdadeira valorização dos profissionais de educação prevista, inclusive, no Plano Distrital de Educação - PDE.

Pois bem, agora, por meio de um Grupo de Trabalho formalmente instituído no mês de maio deste ano de 2019, composto por integrantes da Direção do SAE, representantes da nossa base e integrantes do governo, está em discussão uma nova reformulação da nossa carreira.

Como forma de mais bem conduzir esse debate, a Direção do SAE discutiu e aprovou uma proposta própria, que será oportunamente detalhada para a base.

Luta que segue.

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE



SAE-DF na luta pelo respeito a esses direitos.

O SAE/DF vem agindo e ingressando com ações judiciais em defesa do pagamento dos adicionais de

insalubridade e periculosidade para os servidores da nossa carreira que fazem jus a essas parcelas salariais.

Como resultado dessa luta, o adicional de periculosidade já vem sendo pago aos profissionais que exercem a especialidade de Vigilância, do cargo de Agente de Gestão Educacional e que trabalham em situação de risco, como é o caso dos plantões noturnos. Já com relação ao adicional de insalubridade, este é dividido quando comprovado o exercício de atividades em condições insalubres, o que pode ocorrer por meio de perícia técnica a cargo do GDF.

Quanto aos valores retroativos dessas parcelas remuneratórias, orientamos aos nossos associados, caso ainda não o fez, a buscarem a assistência jurídica do nosso sindicato para ingressarem com a competente ação judicial.

Aposentadoria Especial: escapando da dura reforma previdenciária

Sobre esse assunto, a Direção do SAE vem lutando também para que seja respeitada a Súmula Vinculante nº 33 e respeitado o direito de todos os servidores da nossa carreira que trabalham em condições insalubres ou perigosas à aposentadoria especial, aos 25 anos de contribuição, independentemente de idade mínima, com direito também à paridade e à integralidade salarial. Esta é uma das formas de se escapar da perversa reforma previdenciária do Governo Bolsonaro.



TERCEIRA ETAPA DA CARREIRA AÇÕES INDIVIDUAIS

Embora tenhamos entrado com a ação coletiva, as ações individuais são importantes na defesa dessa pauta



Como é de conhecimento de conhecimento da nossa base, assim que tomou posse em 2015, o governador Rollemberg negou-se a implantar a terceira fase da reestruturação da nossa carreira e ingressou na justiça solicitando a declaração de

reestruturação da nossa carreira e ingressou na justiça solicitando a declaração de

inconstitucionalidade da Lei 5.106/2013. Não obteve êxito. A pretensão foi indeferida pelo TJDF por 17 a 0.

Em defesa dessa pauta, o SAE ingressou com uma ação coletiva, colocando-se como substituto processual de toda a categoria. Contudo, visando a uma maior celeridade processual, nosso serviço jurídico orienta também para que cada associado proponha também ações individuais, uma vez que, nesse caso, o processamento da ação é muito mais rápido.

Para quem deseje ingressar com essas ações individuais, orientamos que procure o sindicato para assinar a sua procuração, pois, quanto mais rápido você assinar, mais rápido será o efeito financeiro. Muita gente já fez isso. Esperamos você.

LICENÇA-PRÊMIO

Governo tentou extinguir mas nossa luta impediu

Conforme amplamente noticiado, assim que iniciou seu governo, o Governador Ibaneis Rocha (MDB) tentou por fim à Licença-Prêmio dos servidores do GDF e, em razão disso, enfrentou forte reação dos dirigentes sindicais representativos de servidores públicos locais. A direção do SAE participou de todo esse embate. Em função dessa luta, o máximo que o GDF conseguiu foi mudar o nome desse benefício de Licença-Prêmio por Assiduidade para Licença-Servidor.

Em contrapartida, fica vedada a cumulação de períodos de licença e sua conversão em pecúnia, salvo nos casos de: direito adquirido, isto é, quando o servidor tinha período aquisitivo concluído; falecimento, sendo a conversão, neste caso, paga aos beneficiários de pensão ou aos sucessores habilitados; e nos casos de aposentadoria compulsória e por invalidez.

Contudo, ficou assegurado o direito de conversão em pecúnia da licença cuja contagem de tempo tenha se iniciado antes da vigência dessas alterações legislativas, bem como, mediante autorização do GDF ou da CLDF ou do TCDF,

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com duras regras de transição, reforma da previdência é um duro golpe na seguridade social no Brasil.



Hoje não há mais dúvidas: a proposta de reforma previdenciária de interesse da elite econômica do Brasil está sendo levada a efeito para atender aos interesses dos proprietários de grandes bancos privados

e dos bilionários rentistas em geral.

A reforma da previdência do Governo Bolsonaro, a princípio trazia em si duas perversas propostas com potencial para transformar-se num grande e lucrativo negócio para o sistema financeiro privado do país: a desconstitucionalização dos direitos previdenciários dos trabalhadores e a capitalização da previdência.

Porém, graças às lutas de movimentos sociais e sindicais em todo o Brasil e dos parlamentares que os defendem, com destaque para a greve geral no último mês de junho, que envolveu cerca de 45 milhões de trabalhadores, a retirada dos direitos previdenciários da

conforme o caso, a depender de disponibilidade orçamentária, a conversão de um mês de licença em pecúnia por ano, a ser pago juntamente com as férias ou no mês de aniversário ou no mês de dezembro.



Superação do déficit de servidores na educação do DF é um desafio sempre presente em nossas lutas

Podemos considerar um bom avanço a nomeação de servidores da nossa carreira (cerca de 250) em abril deste ano resultante das nossas negociações com o GDF (vide matéria em nosso site). No entanto, certo é que essas nomeações não são suficientes para superar o déficit da nossa carreira.

Felicitemos aos novos nomeados e nos colocamos à disposição para as lutas que em curso e que virão na contínua defesa pela valorização da categoria.

Constituição foi dificultada, mas ainda nos ameaça e o mesmo se diga acerca da capitalização.

A capitalização da previdência seria o fim das contribuições para a previdência pública por parte do governo e dos empresários, restando apenas as contribuições dos trabalhadores para os bancos.

Mesmo com essas intenções terem sido enfraquecidas, embora o perigo ainda esteja presente, a reforma não deixa de ser um duro ataque aos trabalhadores, o que será feito pelas regras de transição.

A título de exemplo, pelas regras atuais do RGPS, neste ano de 2019, para se aposentar, pela aposentadoria normal, o homem precisa contar com 96 pontos, formados pela soma de 61 anos de idade e 35 anos de contribuição. Já a mulher, precisa somar 86 pontos, 56 anos de idade e 30 anos de contribuição.

De acordo com as regras de transição da proposta de Bolsonaro, a partir do ano que vem (2020), será exigido um ponto a mais a cada ano até, no caso do homem, a soma seja de 105 pontos e da mulher 100 pontos.

Nosso sindicato vai realizar plenárias de informações e esclarecimentos à base, inclusive como forma de participarmos das lutas pela revogação dessas perversidades.

PLANO DE SAÚDE

Relembrando



O auxílio-saúde concedido aos profissionais do magistério foi uma idéia utilizada pelo GDF num processo de negociação com o SINPRO-DF para

por fim a uma greve dos professores em 2011. Tanto isso é certo que o benefício foi concedido sem nenhuma exigência de comprovação de investimento na saúde do beneficiário.

No entanto, essa atitude do GDF, ao deixar de fora os demais servidores públicos, levou o SAE e outros sindicatos de servidores públicos a um longo histórico de luta na defesa da concessão do auxílio-saúde para o conjunto dos servidores.

PLANO DE SAÚDE PARA TODOS OS SERVIDORES DO GDF

A última notícia sobre essa luta ocorreu na manhã do último dia 11 de outubro numa reunião no auditório da CUT, onde estiveram presentes o Subsecretário Institucional do Trabalho e Terceiro Setor, Valtemir Souza, o

Presidente do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS-DF, Ricardo Perez, a Subsecretária de Gestão de Pessoas, Kelly Cristina e equipe e a Diretoria colegiada do SAE-DF. Na pauta, a instituição de plano de saúde para todos os servidores do GDF.

Vejam se, desta vez, essa pauta será atendida. Mas, independentemente de o GDF ofertar esse plano de saúde, a direção do SAE continuará na luta por esse benefício para a carreira Assistência.

O Subsecretário e o Presidente do INAS informaram na reunião que o prazo para a implantação do plano já está próximo e que a previsão é de até dezembro deste ano para que saia o edital.

Aguardamos ansiosamente que essa luta termine de maneira positiva proporcionando mais uma vitória em favor da categoria. Vamos à luta!



RESTITUIÇÃO DE DIFERENÇAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS



Nos anos 90, o GDF, por alguns meses, cobrou contribuições previdenciárias de cerca de dois mil servidores da nossa carreira acima da alíquota então vigente de 6%. Em busca da restituição dessa cobrança indevida, no dia 29 de abril de 1998 – há mais de 21 anos -, nosso sindicato ajuizou uma ação para que fossem devolvidos os valores excedentes.

Dada a crônica morosidade da justiça, somente agora, os valores começarão a ser pagos. Como são valores abaixo de 10 salários mínimos, os pagamentos serão feitos por meio de Requisições de Pequeno Valor – RPVs.

Os primeiros pagamentos serão feitos seguindo as prioridades legais: pessoas idosas, com deficiência, doenças graves... Assim, inicialmente serão liberados os pagamentos de cerca de 350 pessoas.

Enviaremos, via mala direta, para esses primeiros beneficiados informando, local, dia e horário dos pagamentos.

ASSOCIADOS DO SAE ADQUIREM DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA UM PLANO ODONTOLÓGICO

O sindicato firmou parceria com a Odontogroup, uma empresa nacional de Planos Odontológicos que atua no mercado há 21 anos. O objetivo dessa parceria é oferecer um acesso facilitado, atendimento personalizado e uma política transparente para todos os beneficiários. O plano contempla atendimentos como:

Exame Clínico;
Prevenção;
Dentística;
Periodontia;
Endodontia;
Cirurgias;
Odontopediatria;
Prótese;
Urgência;
Dentre outros.



Vale ressaltar que o plano contempla apenas associados do sindicato, no entanto, caso queira adicionar dependentes, o SAE negociou com a operadora a inclusão de seus dependentes a um pequeno custo de R\$ 17,00 por dependente a ser pago pelo associado.

Para incluir seus dependentes entre em contato com a Associação Astra e fale com um dos operadores da Corretora Hebrom pelos telefones: (61) 4101.1656; (61) 4101.1533; (61) 3224.5166; 4141.3131 ou pelo whatssap (61) 98106.5052.

É o SAEDF trabalhando para proporcionar cada vez mais conforto e bem-estar a toda sua categoria.



Educação

Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal

www.saedf.org.br

FONE: (61) 3223.8575 / (61) 99598.7931
SDS ED. VENANCIO IV BLOCO Q LOJA 74
CONIC - BRASÍLIA-DF CEP: 70393-903